

Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Câmara de Vereadores do município de Rolândia/Paraná, realizou-se reunião para debater a temática da população em situação de rua. O encontro reuniu diversas autoridades locais, incluindo Vereadores, o Vice-Prefeito e representantes do 15º Batalhão da Polícia Militar. Além disso, profissionais da área da saúde, assistência social e representantes de instituições não governamentais, que atuam no atendimento a essa população, também participaram da discussão. A reunião teve como objetivo principal fomentar o diálogo entre os diferentes setores envolvidos, identificar os desafios enfrentados no atendimento a essa população e propor soluções para um trabalho integrado e mais eficiente. A Secretária Municipal de Assistência Social, Michele da Silva Pereira, iniciou a reunião ressaltando as diversas questões que envolvem o atendimento à população em situação de rua. Foram discutidos aspectos relacionados ao acolhimento, encaminhamentos para serviços especializados, as dificuldades enfrentadas no processo de reinserção social e os desafios da abordagem social realizada pelas equipes no município. A secretária enfatizou a importância da atuação conjunta entre os órgãos públicos e entidades do terceiro setor, destacando que a complexidade dessa questão exige soluções intersetoriais que contemplem assistência social, saúde, segurança pública e demais áreas correlatas. Na sequência, alguns Vereadores fizeram algumas considerações e alguns questionamentos, como o Vereador Vilmar Boy, o qual questionou sobre a internação compulsória, no que foi esclarecido pela Coordenadora do CAPS II – Patrícia Silva. Outros participantes se manifestaram sobre o tema, falando sobre a necessidade de ações preventivas e soluções humanizadas, que respeitem a liberdade e a dignidade da pessoa humana para o problema. O Vereador Guilherme Spanguenberg passou a palavra para o representante da Polícia Militar, o qual discorreu sobre o papel daquela Instituição frente à demanda apresentada, esclarecendo que só podem agir para cumprimento da lei e que só incorre em delito quando há violação de uma norma penal. A coordenadora do CREAS II, Fabiany Cogo, apresentou um panorama detalhado sobre o atendimento realizado pelo equipamento, com foco nas famílias envolvidas e nas principais características do público atendido diariamente. Foram pontuados os desafios enfrentados pela equipe técnica, as demandas mais recorrentes e a necessidade de ações que promovam não apenas o acolhimento emergencial, mas também a construção de estratégias de médio e longo prazo para a superação da situação de rua. Durante a reunião, também foi abordado o valor do benefício "Bolsa Família" recebido pelas pessoas em situação de rua, que são consideradas público prioritário dentro do programa. Discutiu-se como esse recurso é utilizado por essa população dentro do município e quais medidas podem ser adotadas para garantir que o benefício contribua efetivamente para a melhoria das condições de vida dos beneficiários. Os profissionais da saúde presentes na reunião trouxeram contribuições fundamentais para o debate, abordando a questão do internamento compulsório. Foram esclarecidos os

critérios legais e clínicos que determinam a aplicação dessa medida, os procedimentos adotados pelas equipes médicas. Também foram discutidas as condições que justificam a internação involuntária de pessoas em situação de rua que enfrentam algum tipo de dependência química. Essa temática gerou reflexões importantes sobre os limites da assistência social e da saúde mental, além da necessidade de ampliar o acesso a serviços especializados para essa população. Ao longo da reunião, cada representante presente teve a oportunidade de expor sua visão e propor alternativas dentro de sua área de atuação. A necessidade de um trabalho integrado entre os diferentes setores foi amplamente discutida, visando à implementação de estratégias mais eficazes e humanizadas para o atendimento dessa população. Ao final, foram elaboradas algumas propostas a serem colocadas em prática de imediato. São elas: 1. Conscientização da População e Comerciantes – tendo como responsáveis ACIR e GT; 2. Panfletagem nas escolas e colégios; 3. Legislações mais efetivas e objetivas – tendo como responsável o Poder Legislativo; 4. Discussão sobre a permanência de jovens, que ainda vivem com as famílias, nas ruas; 5. Fomento da campanha “Melhor que dar esmola é estender a mão” – tendo como responsáveis - Secretaria de Assistência Social e GT; 6. Fortalecimento das instituições que trabalham com o segmento; 7. Credenciamento de novas instituições; 8. Constância de ações repressivas e educativas – tendo como responsável a Polícia Militar; 10. Maior participação do Ministério Público; 11. Fortalecimento das Famílias; 12. Estudo da Lei 10.216/2001 – Saúde Mental. Eu, Fabiany Cogo lavrei a presente Ata. Estiveram presentes Fabiany Cogo – Coordenadora do CREAS II; Michele da Silva Pereira – Secretária de Assistência Social; Ana Clara Rusisca – Mestranda em Serviço Social; Patrícia Silva – Coordenadora do CAPS II; Adma Camargo – Coordenadora do CAPS AD; Carolina Caixete – Educadora Social; Pastor Zilvan – Coordenador da Missão Vida; Carolina Santana – Assistente Social da Missão Vida; Pastor Satyrio – Coordenador do Projeto CEEL; Maria Fernanda Casado – Presidente da ACIR; Thaís Paião – Assistente Social; Maria Cecília Melo – Casa da Sopa; Odirley – Comerciante da Vila Oliveira; Vereadores e assessores. Rolândia, 18 de fevereiro de 2025.